

Intervenção com Migrantes

1. APRESENTAÇÃO SUMÁRIA

A questão das Migrações é um dos principais assuntos a considerar no nosso século. Cada vez mais as pessoas movimentam-se de um local para outro, sendo que o fenómeno das migrações só tende a aumentar e os fluxos migratórios estão em constante alteração.

O Plano de Intervenção no domínio da integração das comunidades migrantes reflecte a necessidade da CVP continuar a adquirir conhecimento nesta matéria, para que possa intervir sobre ela de forma eficiente e de acordo com a realidade. Este plano caracteriza-se por uma acção contínua e dinâmica no tempo, envolvendo vários actores sociais e os beneficiários.

A par da aquisição de *know-how* específico, propõe-se neste plano um conjunto de actividades que visam promover a integração e melhorar a qualidade de vida dos migrantes na sociedade portuguesa.

De acordo com o Plano, a intervenção da CVP no domínio das Migrações assenta no princípio de dignidade humana, pelo que é dada especial atenção à situação dos migrantes que vivem numa situação de exclusão social, promovendo a sua (re)inserção na sociedade.

É impossível dissociar migração e discriminação, pelo que se deve continuar a empreender um combate efectivo à discriminação e xenofobia contra pessoas com diferentes culturas e crenças, contra migrantes, bem como contra outras pessoas marginalizadas por variadas razões.

A CVP tem fomentado actividades de desenvolvimento comunitário que visam em particular os imigrantes, numa perspectiva de promover o contacto e a aprendizagem com a cultura e a Língua Portuguesa. Estas acções têm permitido reflectir e criar respostas às necessidades

identificadas, com enfoque na capacitação dos imigrantes em língua, história e cultura portuguesa, bem como na integração dos cidadãos estrangeiros no mercado de trabalho, na economia e sociedade local e regional.

Por outro lado, e na sequência de protocolos assinados com o ACIDI, a CVP tem criado espaços de acolhimento, informação e atendimento para imigrantes em diversas áreas, numa lógica de loja do cidadão, importantes para a promoção da sua integração.

A CVP associou-se também aos CLAI de 2ª Geração, com a denominação de Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes (CLAII), que se constituíram como espaços de informação descentralizados, ligados à *Rede Nacional de Informação ao Imigrante*, proporcionando respostas locais articuladas ao nível das necessidades de acolhimento e integração das comunidades imigrantes.

A CVP tem também um **Serviço de Restabelecimento de Laços Familiares** próprio que se articula com a Rede de Laços Familiares do Movimento Internacional da Cruz Vermelha e Crescente Vermelha e que é tecnicamente supervisionada pela Agência Central de Pesquisa do Comité Internacional da Cruz Vermelha. Este serviço procura, entre outros, assegurar a manutenção ou restabelecimento dos laços familiares de pessoas separadas por conflito armado e outras situações de violência, catástrofes naturais, e até por fluxos migratórios. De acordo com os critérios de aceitação de casos de pedidos de localização definidos em 2011, a causa de separação das famílias por motivos relacionados com os fluxos migratórios passou a ser formalmente aceite nos casos de pedidos de localização.

Para além destas actividades e serviço, a Cruz Vermelha Portuguesa intervém no domínio da **emergência social**, através do atendimento e encaminhamento a imigrantes que se dirijam às Delegações dispersas por todo o território nacional, assim como beneficiam, em situação de igualdade com famílias e indivíduos carenciados de nacionalidade portuguesa, de apoio em géneros.

No entanto, o trabalho a ser realizado nesta área não se esgota nos domínios já referidos. Constantemente, somos confrontados com novas situações que nos obrigam a uma constante revisão e criação de medidas e políticas que permitam uma relação pacífica entre

os cidadãos dos países de origem e os cidadãos dos países de acolhimento, que estruturam as nossas sociedades, tornando-as coesas e produtivas.

A atenção terá de ser cada vez mais centrada não só nos que chegam, mas também nos que acolhem. A adaptação é mútua e exige um esforço e uma preparação de ambas as partes, quer a um nível individual, como também institucional.

Dada a experiência da CVP em determinados domínios próprios, elegemos como beneficiários preferenciais no contexto da intervenção junto dos migrantes os seguintes:

- Migrantes sem protecção legal – Caracterizado pelo grupo de migrantes que não têm documentos e que mais facilmente estão vulneráveis ao abuso e exploração. Carecem de protecção legal, apoio psico-social e sanitário, e informação, orientação e assessoria sobre os seus direitos básicos.
- Migrantes socialmente excluídos – Caracterizado por pessoas pertencentes a grupos minoritários, quer pela sua etnia, filiação política ou religião.

Atendendo a todo o enquadramento já apresentado devem ser priorizadas as seguintes áreas de acção na intervenção com migrantes:

- Resposta Humanitária – Assistência ao nível da distribuição de alimentos, apoio psico-social, assistência médica e restabelecimento de laços familiares.
- Integração – Assistência ao nível da informação sobre os direitos e obrigações dos migrantes, repatriados e requerentes de asilo, prestando apoio humanitário sempre que necessário e promovendo a integração ou reintegração através de acompanhamento, orientação e encaminhamento.
- Sensibilização – utilizar a diplomacia humanitária para prevenir e reduzir a vulnerabilidade, defendendo a nível nacional e internacional a promoção dos direitos dos migrantes, sensibilizando os Governos, a comunicação social e o público em geral em favor de uma política de migração justa. Promover o combate ao racismo, à xenofobia e à discriminação. Nesta categoria as Sociedades Nacionais têm um papel primordial e não devem esquecer o estatuto de uma organização independente, neutral e humanitária.

2. OBSERVATÓRIO

A CVP necessita de criar um sistema de informação que funcione como “observatório”, reunindo e sistematizando a informação necessária para a construção do *know-how* adequado para futuras acções, ao mesmo tempo que a CVP se torna uma *opinion leader* neste domínio.

Este “*Observatório*” propõe-se reunir e sistematizar numa base de dados toda a informação recolhida junto dos parceiros e dos destinatários, possibilitando a aquisição de *know-how* sobre a matéria, possibilitando à CVP assumir-se enquanto entidade de referência, trabalhando na Diplomacia Humanitária nas questões das migrações, defendendo a dignidade da vida do cidadão imigrante e a promoção e defesa de melhor legislação e boas praticas junto das autoridades competentes nesta matéria.

Em simultâneo com a produção de conhecimento, pretende-se divulgar e discutir os resultados/conhecimentos adquiridos, através de uma *Newsletter*, que ajudará a tornar esta iniciativa mais dinâmica e assente numa filosofia de participação activa.

Esta proposta, que pretende envolver a estrutura nacional e as estruturas locais, possibilita a implementação de uma estratégia que permita não só uma recolha de informação sobre a realidade da comunidade migrante em Portugal (quadro referencial), mas também monitorizar os seus potenciais problemas e necessidades, e intervir de forma adequada e sustentada no tempo. Pretende-se que este Plano envolva diferentes delegações da CVP em todo o país, e que estes desenvolvam acções contínuas e dinâmicas com a participação dos diferentes actores sociais e com a própria comunidade migrante.

Propõe-se que o **OBSERVATORIO** tenha a seguinte estrutura:

1) Nível Central

- | | |
|--------------------------------------|----------------------|
| i. Joana Rodrigues | iv. Manuela Santos |
| ii. Diana Araújo | v. Fátima Gomes |
| iii. Professor Nandim de
Carvalho | vi. Paula Abreu |
| | vii. Sónia Rodrigues |

2) Nível Local

a. Responsáveis locais

- i. Numa fase inicial a envolver as Delegações: Lisboa, Amadora, Estremoz, Vila Real de Santo António, Braga

A adopção da **MATRIZ DE ENQUADRAMENTO LÓGICO**, deverá ser objecto de monitorização regular por parte da Estrutura Central e dos Responsáveis Locais, com o envio de relatórios ou realização de actas e registo dos progressos.

MATRIZ DE ENQUADRAMENTO LÓGICO

Definição de Objectivos; Resultados e Actividades Chave

** Ver Documento ANEXO*

3. ENTIDADES MAIS RELEVANTES A ENVOLVER

- ACIDI – Alto Comissariado para os Imigrantes e Diálogo Intercultural
- Segurança Social
- SEF – Serviço Estrangeiros e Fronteiras
- Hospitais / Centros de Saúde
- Associações de Imigrantes
- Associações Empresariais / Empresas
- IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional
- Fundação Calouste Gulbenkian

4. CONSIDERANDOS FINAIS

A Cruz Vermelha Portuguesa deve procurar trabalhar ao nível da sensibilização da **comunidade que acolhe** e, preferencialmente, com os serviços de Sociedades Nacionais das comunidades dos países de proveniência dos nossos migrantes. Para além das vantagens em criar uma rede entre as sociedades nacionais que reflecta os movimentos migratórios, este trabalho de parceria possibilitaria dotar os migrantes de informação necessária que os elucidasse quanto ao enquadramento legal, económico, social e sanitário do país para onde pretendem deslocar-se. A CVP poderia desta forma apresentar-se uma mais valia que é única devido à nossa rede do Movimento.

Outra forma de intervenção a ser prestada, e em parceria com as Sociedades Nacionais, são a realização de acções a dirigir às **comunidades portuguesas que migraram para outros países** e que no final das suas vidas profissionais, tencionam voltar para as suas origens, sensibilizando-os para a realidade que vão encontrar e incrementando o conhecimento dos seus direitos e deveres.

Seria, também, importante trabalhar com as **entidades empregadoras e associações empresariais** a fim de as sensibilizar para questão da contratualização legal e para a discriminação laboral; bem como dar um enfoque especial ao trabalho com as mulheres migrantes vítimas de violência.

A CVP deve reforçar a sua intervenção junto da população mais vulnerável, nomeadamente da população migrante, na Defesa da Dignidade Humana, pondo em prática os Princípios Fundamentais que norteiam a sua actividade, cumprindo com a sua Missão. O desafio ao nível da intervenção nesta matéria passa pelo envolvimento de todos (CVP, Estado, Sociedade Civil e sobretudo os mais vulneráveis), sendo uma mais-valia a concentração de todos os recursos, saberes e práticas, esforços, vontade e ideias para agir de forma mais pró-activa, mais humanitária, mais eficiente e eficaz.

Elaborado por Joana Rodrigues, com a colaboração de Diana Araújo e de Marta Andrade na Matriz de Enquadramento Lógico

Janeiro 2012